

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)


Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-457-3

DOI 10.22533/at.ed.573200710

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O primeiro volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas relacionadas aos direitos humanos, democracia, cidadania, racismo, migrações e territórios.

Dialéticas Marxistas dão base para análises da prática profissional do serviço social, violação dos direitos humanos como meio de compreensão do fenômeno da pobreza (e os desafios do exercício da cidadania por pessoas em situação de rua) e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos para a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Colaboram, também, com as análises voltadas a um projeto educacional aplicado como ferramenta para que crianças se assimilem aos lugares de resistência ancestral de forma positiva; e sobre a relação da juventude com a alienação política. Precedendo a observação sobre como a formação continuada docente colabora com a promoção de mudanças metodológicas no ensino e, por consequência, nas mudanças de aprendizado.

Na sequência, relações de poder de ideologia patriarcal e as lutas das mulheres abrem espaço para os debates feministas e os papéis de esteio feminino nas sociedades – desde debates revolucionários à temáticas de saúde pública e autocuidado.

Performance e psicologia analítica são abordados na construção do personagem fictício e aplicados em projetos de combate à violência contra a mulher.

Reflexões de caráter antropológico e a contextualização da origem da imprensa alternativa homossexual são apresentados para o entendimento sobre a percepção de sujeitos gays negros frente à sociedade.

Além da compreensão de uma perpetuação de um estereótipo embranquecido – pano de fundo para o marketing de empreendimento imobiliário na formação do imaginário social na cidade de São Paulo.

Os capítulos finais abordam o estigma social, preconceito e desvalorização humana de profissões relacionadas à coleta de lixo; além do recorte local de um processo migratório global causador do aumento da população vulnerável em todo o planeta.

Na esteira das relações migratórias de fronteira, apresentamos como as representações sociais de identidades culturais podem reforçar, de maneira positiva, identificações entre nações.

Trata-se ainda, sobre o multiculturalismo e peculiaridades do campo; sob análises do processo histórico no qual o conceito de propriedade se cunhou; territórios e resistências na construção de comunidades e sobre a luta e libertação do colonialismo.

Natalia Colombo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES Nathália Pereira Prado Solange Fernandes DOI 10.22533/at.ed.5732007101	
CAPÍTULO 2	16
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA Gustavo Júnior Andrade dos Reis Robert Henrique Sousa Dantas Paulo Sérgio Araújo DOI 10.22533/at.ed.5732007102	
CAPÍTULO 3	25
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI Sandra Muniz Vieira DOI 10.22533/at.ed.5732007103	
CAPÍTULO 4	38
REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES Marivania Xavier Cavalcanti Costa DOI 10.22533/at.ed.5732007104	
CAPÍTULO 5	49
PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO José Silon Ferreira Aloisio Ruscheinsky DOI 10.22533/at.ed.5732007105	
CAPÍTULO 6	62
ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA Vera Lúcia Godinho Carneiro DOI 10.22533/at.ed.5732007106	
CAPÍTULO 7	73
APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO Rita de Cassia Krieger Gattiboni Rosângela Angelin DOI 10.22533/at.ed.5732007107	

CAPÍTULO 8	85
SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO Priscila Freire Rodrigues Lígia Costa de Sousa Nogueira Martins DOI 10.22533/at.ed.5732007108	
CAPÍTULO 9	101
NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES Michelle dos Santos Lomba DOI 10.22533/at.ed.5732007109	
CAPÍTULO 10	116
O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JINGUIANO Andréa Hamminni Pires da Silva Avila Franquetto Carla Barcelos Nogueira Soares João Carlos de Aquino Almeida DOI 10.22533/at.ed.57320071010	
CAPÍTULO 11	128
QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO Vinicius Luis Pires Queiroz DOI 10.22533/at.ed.57320071011	
CAPÍTULO 12	140
A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” Bolají Alves Matos de Paula Xavier DOI 10.22533/at.ed.57320071012	
CAPÍTULO 13	151
O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro Fábio Lopes de Souza Santos DOI 10.22533/at.ed.57320071013	
CAPÍTULO 14	167
O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES <i>OUTSIDERS</i> E A ESTIGMA SOCIAL Kayo Henrique Duarte Gameleira Thallys Emanoell Pimenta de Freitas Ailton Siqueira de Sousa Fonseca DOI 10.22533/at.ed.57320071014	

CAPÍTULO 15	180
REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	
Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer	
Flávia Candido da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.57320071015	
CAPÍTULO 16	194
A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.57320071016	
CAPÍTULO 17	208
IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.57320071017	
CAPÍTULO 18	226
A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	
Lorenzo Giovanni Gava	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.57320071018	
CAPÍTULO 19	234
GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
Maria Pricila Miranda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071019	
CAPÍTULO 20	244
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	
Cam-naté Augusto Bissindé	
DOI 10.22533/at.ed.57320071020	
SOBRE O ORGANIZADOR	260
ÍNDICE REMISSIVO	261

REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 06/07/2020

Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer

Universidade de Marília (UNIMAR).
Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Faculdade Educacional de Medianeira/UDC
Medianeira/PR.
<http://lattes.cnpq.br/7132099303820313>.

Flávia Candido da Silva

Universidade de Marília (UNIMAR).
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” (UNESP).
Instituto Federal do Paraná (IFPR),
Palmas/PR.
<http://lattes.cnpq.br/9170505142179450>.

Artigo publicado originalmente no V Seminário Internacional da Tríplice Fronteira, sob o título “Refugiados na América Latina: Brasil e os Desafios no Acolhimento dos Venezuelanos”, em 2018.

RESUMO: A presente pesquisa versa sobre os refugiados na América Latina. Muito embora, tal fenômeno tenha amplitude global, delimita-se o objeto de pesquisa no âmbito latino-americano. Inicialmente, parte-se da delimitação conceitual de refugiados e os seus reflexos, estudo realizado à luz da Convenção dos Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967. No plano interno, estudo da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que trata sobre os refugiados, e a mais recente Lei brasileira (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), que

versa sobre migração. E, mais especificamente, pesquisa sobre o emblemático caso da Venezuela, país com linha limítrofe localizada na região norte do Brasil. De acordo com dados da Polícia Federal, o estado brasileiro de Roraima, já recebeu mais de 40.000 (quarenta mil) venezuelanos nos últimos anos, e é considerada a principal porta de entrada daqueles que fogem da crise de abastecimento de alimentos, do colapso dos serviços públicos, em especial na saúde, e de uma inflação que atinge a cifra de 700% (setecentos por cento). Como hipótese de pesquisa, analisar-se-á as causas da crise venezuelana, além das medidas adotadas pelo governo brasileiro em resposta à crise migratória, e, se tais medidas têm minimizado a situação de risco dos venezuelanos no Brasil. Para tanto, realizar-se-á pesquisa exploratória e descritiva, com base bibliográfica e legislativa. Conclui-se que há uma crise no país vizinho, que pode ser classificada como crise humanitária e as causas são político-econômicas que foram agravadas pelos embargos econômicos aplicados pelos EUA e países aliados à Venezuela, causando um aumento em termos percentuais da população vulnerável que está abaixo da linha de pobreza ou na extrema pobreza, como os dados no decorrer da pesquisa apontam, e que coincidiram com o despreparo do governo de Nicolás Maduro em sustentar os avanços conquistados pelo seu antecessor.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados; América Latina; Venezuelanos; Movimento migratório.

REFUGEES IN LATIN AMERICA: REFLECTIONS ON THE MIGRATORY MOVEMENT OF THE VENEZUELANOS TO BRAZIL

ABSTRACT: This research deals with refugees in Latin America. Although this phenomenon has a global scope, the research object is delimited in the Latin American. Initially, it starts from the conceptual delimitation of refugees and their reflexes, a study carried out in the light of the 1951 Refugee Convention and the 1967 Protocol. Internally, a study of Law No. 9,474, of July 22, 1997, which deals with on refugees, and the most recent Brazilian Law (Law No. 13,445, of May 24, 2017), which deals with migration. And, more specifically, research on the emblematic case of Venezuela, a country with a borderline located in the northern region of Brazil. According to data from the Federal Police, the Brazilian state of Roraima has already received more than 40,000 (forty thousand) Venezuelans in recent years, and is considered the main gateway for those fleeing the food supply crisis, the collapse of public services, especially in health, and inflation reaching 700% (seven hundred percent). As a research hypothesis, the causes of the Venezuelan crisis will be analyzed, in addition to the measures adopted by the Brazilian government in response to the migratory crisis, and, if such measures have minimized the risk situation of Venezuelans in Brazil. To this end, exploratory and descriptive research will be carried out, with a bibliographic and legislative basis. It is concluded that there is a crisis in the neighboring country, which can be classified as a humanitarian crisis and the causes are political and economic that were aggravated by the economic embargoes applied by the USA and allied countries against Venezuela, causing an increase in percentage terms of the vulnerable population that it is below the poverty line or in extreme poverty, as the data in the course of the research point out, and which coincided with the unpreparedness of Nicolás Maduro's government in sustaining the advances achieved by his predecessor.

KEYWORDS: Refugees; Latin America; Venezuelans; Migratory Movement.

1 | INTRODUÇÃO

O fluxo migratório tem sido objeto de preocupação constante das Nações Unidas nos últimos tempos. As crises de ordem política e econômica, além de guerras em alguns casos, têm sido apontadas como alguns dos fatores de mobilidade humana. Os migrantes avolumam-se em diferentes países do globo, e como consequência da “invasão de estrangeiros” há na mesma proporção o aumento da xenofobia (intolerância) nos países receptores, e na América Latina, não é diferente, são constantes os fluxos migratórios entre países vizinhos, e as preocupações são as mesmas.

O Brasil tem recebido inúmeros imigrantes, recentemente o principal fluxo migratório está concentrado na região norte do Brasil, no estado de Roraima, que já recebeu mais de 40 mil venezuelanos, segundo dados oficiais da Polícia Federal, e os vizinhos não param de chegar, impulsionados pela crise inflacionária, embargos econômicos que causam o desabastecimento de alimentos e medicamentos, além da saída de inúmeros profissionais da saúde daquele país.

Os meios de comunicação nacionais e internacionais retratam uma crise humanitária

sem precedentes, esta seria a ideia central desse trabalho, porém como entender a crise sem buscar novos elementos para compreensão desse quebra-cabeça? A partir dessa inquietação, e munidos de alguns dados sobre aquele país é possível desenhar um retrato um tanto distinto da visão midiática geral.

A Venezuela realmente está em crise? Para tal constatação bastaria ler os jornais, certo? O que pretende-se com a presente pesquisa é desenvolver um raciocínio diverso daquele encontrado usualmente no noticiário. Quais são as causas da crise? Qual a atual situação da Venezuela?

Para o advogado e historiador norte-americano Alfred de Zayas, especialista independente da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Promoção da Ordem Internacional Democrática e Equitativa, a Venezuela está sofrendo com os embargos econômicos impostos especialmente pelos Estados Unidos, e que vem causando a atual crise de abastecimento, que justificaria a intervenção americana e a consequente derrubada do governo de Nicolás Maduro.

Com a queda do preço do petróleo em 2014, além dos referidos embargos a Venezuela tem sido atingida por um furacão externo, ditado pela ordem econômica global. Como um dos maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo foi levado à atual situação? Essa é uma das questões postas por essa pesquisa.

2 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA REFUGIADOS

Com o fim da Segunda Guerra Mundial intensificou-se a discussão sobre a situação dos refugiados. A partir daí, tornou-se necessário a elaboração de um novo instrumento internacional que versasse sobre a condição jurídica do refugiado. Optou-se por um instrumento único com a definição dos casos de pessoas em situação de refúgio. A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados adotada em 28 de julho de 1951, mais conhecida por Convenção de 1951, entrou em vigor na data de 21 de abril de 1954. Diante do surgimento de novos casos de refúgio na década de 1960, a Convenção tornou-se insuficiente, motivando a elaboração de um protocolo complementar. Esse Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados entrou em vigor em 04 de outubro de 1967 (ACNUR, Manual, p. 13-14).

Além da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou em 1º de janeiro de 1951, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em seu Estatuto, o Alto Comissariado tem a função de garantir, por exemplo, a proteção internacional dos refugiados, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) (ACNUR, Manual, p. 15).

Assim, se caracterizado a situação de refugiado é possível invocar a proteção da Organização das Nações Unidas por intermédio do ACNUR. E, o mais importante, tal proteção ocorre independentemente da pessoa encontrar-se em um país signatário da

Convenção de 1951, e do Protocolo de 1967. Nesse caso específico uma vez reconhecido pelo ACNUR a condição de refugiado considera-se refugiado sob mandato (ACNUR, Manual, p.15).

A definição geral de refugiado está previsto no parágrafo 2º, do art. 1(A), da Convenção de 1951, *in verbis*:

O termo "refugiado" aplica-se a qualquer pessoa que: "Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele." (ACNUR, Manual, p. 19).

No Brasil a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foi responsável pela recepção da Convenção dos Refugiados de 1951, definindo mecanismos para implementação do referido dispositivo em território nacional. A lei mencionada apresenta em seu art. 1º, o conceito de refugiado, nestes termos:

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Nos últimos anos o Brasil tem recebido inúmeros refugiados. Em 2017 um total de 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis) pessoas realizaram em território nacional a solicitação do reconhecimento da condição de refugiado. Esse número certamente é recorde em comparação aos anos anteriores. A título exemplificativo, no ano de 2016 foram solicitados 6.287 (seis mil duzentos e oitenta e sete), pedidos de refúgio, além de 13.383 (treze mil trezentos e oitenta e três) em 2015, e 11.405 (onze mil quatrocentos e cinco) em 2014, conforme dados disponibilizados pela Polícia Federal.

Em termos comparativos, dos 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis), pedidos de refúgio apresentados no país no ano de 2017, os venezuelanos representam mais da metade dos pedidos, somando 17.865 (dezesete mil oitocentos e sessenta e cinco) solicitações, seguidos pelos cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos

(2.036). Os estados com mais pedidos de refúgio são Roraima (15.955), esse estado em particular motivado pela crise humanitária na Venezuela, seguido de São Paulo com (9.591) e Amazonas (2.864), de acordo com dados oficiais da Polícia Federal.

No Brasil o acolhimento dos refugiados é realizado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), criado pela Lei nº 9.474/1997, em seu art. 11. Esse órgão é responsável pelo reconhecimento da condição de refugiado e pela promoção da integração local dessa população no Brasil. É um organismo multiministerial composto pelo governo, sociedade civil, e a Organização das nações Unidas (ONU), por meio do ACNUR (BRASIL, Lei nº 9.474/1997).

A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, instituiu a Lei de Migração, a qual versa sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante; regulamentação da entrada e estada no país; além de estabelecer os parâmetros mínimos para elaboração de políticas públicas baseados em princípios e diretrizes (art. 1º). Para fins da atual Lei de Migração, o parágrafo 1º, do referido art. 1º, considera:

I - (VETADO);

II - **imigrante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - **emigrante**: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - **residente fronteiriço**: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - **visitante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - **apátrida**: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (negrito nosso) (Lei nº 13.445/2017).

A lei em comento não interfere na “aplicação de normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares”, (art. 2º). No plano interno aplicação da Lei nº 9.474/1997, e no plano externo Estatuto dos Refugiados de 1951, e o Protocolo de 1967, relativo aos dispositivos, evidentemente, que não foram internalizados pela lei doméstica.

Como visto as preocupações atuais em âmbito nacional e internacionalmente em

relação aos movimentos migratórios, são de longa data, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, muito embora, tenham se intensificado nos últimos anos. Os fluxos migratórios na América Latina são motivados por diferentes fatores. Dentre as principais razões de mobilidade destacam-se as questões socioeconômicas no país de origem do imigrante que fortemente tem impulsionado as migrações latino-americanas.

Processos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade, especialmente nos últimos 500 anos nas Américas. Destes processos deriva a atual estrutura demográfica do continente. Apesar de hoje, felizmente, os conflitos armados não fazerem parte da realidade na América Latina, ainda podemos lembrar as suas terríveis consequências na região, sentidas até poucos anos atrás, na América Central por exemplo. A migração faz parte da convivência humana, no entanto os exemplos do conflito centro-americano, a guerra civil na Colômbia, as ditaduras militares nas Américas Central e do Sul, com seus refugiados, exilados políticos e migrantes demonstraram quão estreitamente vinculados estão os **temas migração, paz e democracia**. A migração geralmente possui em sua base carências políticas, sociais e econômicas que frequentemente levam os membros mais destacados de uma sociedade a distanciar-se do país de origem (negrito nosso) (STIFTUNG, 2009, p. 7).

Em âmbito internacional o processo migratório tem sido encarado como ponto problemático, e continua em pauta na agenda internacional, especialmente nos últimos anos. Segundo Mariana García “o avanço da tecnologia dos meios de informação e transporte, uma ideologia de globalização, paradigma do sistema internacional, fundamenta a persistência desses movimentos de pessoas”. Nesse sentido, aponta a referida autora:

En el actual escenario internacional, donde la problemática migratoria continúa siendo tema de agenda internacional desde hace treinta años; (Mármora, 2003; C. Blanco, 2006) la migración es más que el reflejo de una interminable circularidad de movimientos migratorios. El avance de la tecnología en los medios de información y transporte, una ideología de globalización, paradigma del sistema internacional, fundamenta la persistencia de estos movimientos de personas. Los cambios operados a nivel internacional, la interdependencia cada vez mayor de la economía mundial y la regionalización se traducen en la conformación de espacios socioeconómicos donde se desenvuelven, además de un creciente intercambio de bienes, servicios, capitales e información, los movimientos de las personas (GARCÍA, 2011, p. 5).

Para Mariana García, autora do artigo *Pensando las migraciones desde el sur. Reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur*, publicado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), há uma “tendência de securitizar as migrações, isto é, ver os migrantes como um problema nos países receptores; é aprofundada em conjunto com o reforço dos limites territoriais com as forças de segurança, a aplicação de inteligência nos controles de fronteira” (GARCÍA, 2011, p. 7).

La tendencia a la securitización de las migraciones, es decir, a ver los migrantes como problema en los países de recepción; se profundiza junto al reforzamiento de los límites territoriales con fuerzas de seguridad, la aplicación de la inteligencia en los controles de fronteras. El considerar a las migraciones parte de una amenaza cultural, a la quita del puesto de trabajo; o directamente, como peligro para la seguridad, al relacionarlas con el terrorismo o con delitos internacionales como el tráfico de personas y el tráfico ilícito de drogas se renueva en la actualidad, como en el inicio de los años noventa del pasado siglo (GARCÍA, 2011 p.7).

Os movimentos migratórios são considerados muitas vezes um “problema” para os países receptores, especialmente nos últimos 30 anos, como apontado por García. Porém, como visto, são processos historicamente comuns, e que inclusive diz respeito à essência do ser humano, que busca por melhores condições de vida. Em tempos remotos, a condição nômade¹, estava atrelada a capacidade de sobrevivência do indivíduo.

3 | EMBLEMÁTICO HISTÓRICO DA CRISE NA VENEZUELA

Em artigo publicado no veículo de comunicação denominado Brasil de Fato Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo, Boaventura de Sousa Santos realiza uma análise da atual crise na Venezuela. Para Boaventura o país vizinho vive um dos momentos mais críticos de sua história. Em especial, devido a interrupção das conquistas sociais das últimas décadas.

Boaventura tem acompanhado a Revolução Bolivariana iniciada por Hugo Chávez no final da década de 1990, e afirma que as conquistas no campo social são indiscutíveis. Para comprovar, faz menção ao último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), do ano de 2016 com indicadores da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), naquele país. De acordo com os dados:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Venezuela de 2015 foi de 0.767, o que colocou o país na categoria de alto desenvolvimento humano, posicionando-o no 71º lugar entre 188 países e territórios. Tal classificação é compartilhada com a Turquia. De 1990 a 2015, o IDH da Venezuela aumentou de 0.634 a 0.767, um aumento de 20,9%. Entre 1990 e 2015, a expectativa de vida no nascimento aumentou para 4,6 anos, o período médio de escolaridade aumentou para 4,8 anos e o período de escolaridade média geral aumentou para 3,8 anos. A renda nacional bruta per capita aumentou cerca de 5,4% entre 1990 e 2015.

A interferência americana na Venezuela tem sido apontada por Boaventura como uma das possíveis causas da crise em que está mergulhado esse país. Cita-se como

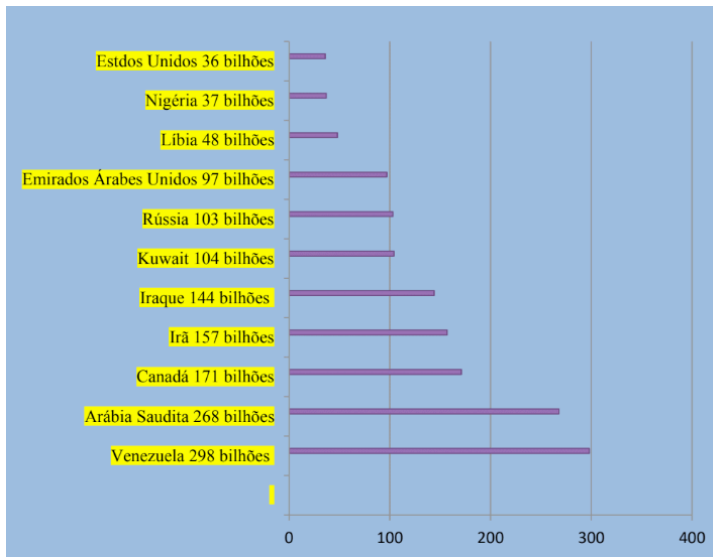
1 “É a forma de vida dos povos nômades, isto é, povos que não têm habitação fixa. Eles não permanecem em um único local. Os nômades são do tipo caçador-coletores, ou seja, vivem da caça, pesca e da coleta de alimentos. Quando há necessidade, deslocam-se para procurar melhores condições de vida. O nomadismo era o estilo de vida dos primeiros homens sobre a Terra. Esta forma de vida foi abandonada por volta de 10 mil anos atrás quando o ser humano aprendeu a plantar. Com a agricultura, os povos não precisavam mais buscar outros lugares quando os recursos de uma área acabavam”. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/pre-historia/nomadismo.htm>> Acesso em: 21 out. 2018.

exemplo a tentativa de golpe de Estado no ano de 2002, protagonizada pela oposição com o apoio ativo dos Estados Unidos.

A morte prematura de Hugo Chávez em 2013 e a queda do preço do petróleo em 2014 causaram uma comoção profunda nos processos de transformação social que estava em curso. A liderança carismática de Chávez não possuía um sucessor, a vitória de Nicolás Maduro nas eleições seguintes se deu com uma pequena margem de diferença, o novo presidente não estava preparado para as complexas tarefas do governo e a oposição (muito dividida internamente) percebeu que seu momento tinha chegado. Novamente foi apoiada pelos Estados Unidos, sobretudo quando, em 2015, e novamente em 2017, o presidente Obama considerou a Venezuela como uma “ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos”, uma declaração que foi considerada exagerada, se não ridícula, mas que, como explicou posteriormente, tinha uma lógica (de acordo com o ponto de vista dos Estados Unidos, claro).

Para José Alves de Freitas Neto, professor livre-docente do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) “a Venezuela, país com pouco mais de 30 milhões de habitantes, exerce um grande simbolismo na América Latina”. Pois, trata-se da terra natal de dois grandes líderes: Simón Bolívar (1783-1830), e Francisco de Miranda (1750-1816), responsáveis por processos emancipatórios latino-americanos do século XIX (NETO, 2018, p. 5).

Em artigo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado *Precisamos falar sobre a Venezuela: Impactos Petropolíticos e Reflexos para o Brasil*, os pesquisadores da GV Energia apontam um dado interessante sobre os recursos naturais desse país. De acordo com os pesquisadores, a República Bolivariana da Venezuela é rica em recursos naturais, detentora de uma das maiores reservas de petróleo, gás natural e minérios (ferro, ouro, bauxita e diamantes) da América Latina e Caribe. Além de produzir petróleo em grau comerciável desde 1914.



Principais reservas de petróleo em âmbito global em bilhões de barris

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV Energia

Como mostra o gráfico, a Venezuela tem reservas expressivas de petróleo, uma das razões para o elevado Produto Interno Bruto (PIB). Dá-se como exemplo, o PIB do ano de 2016, considerado o quarto da América Latina, dentre os 20 países que compõe essa região, conforme demonstra pesquisa GV Energia:

O PIB do país atingiu pouco mais de US\$ 287 bilhões (2016), e é o quarto PIB da América Latina, do qual 25% são representados pelo setor de óleo e gás. As reservas provadas de petróleo atingem aproximadamente 300 bilhões de barris, enquanto que as de gás natural somam 5,8 trilhões de metros cúbicos, **o que faz da Venezuela a maior reserva de hidrocarbonetos do mundo.** A produção de petróleo é de mais de 2,3 milhões de barris ao dia (2016), dos quais 1,8 milhões são exportados. A capacidade de refino nacional é de aproximadamente 1,9 milhões de barris ao dia. Desde 2014, o preço do petróleo caiu pela metade, o que coloca em situação extremamente vulnerável qualquer país exportador de hidrocarbonetos. **O conceito de vulnerabilidade é multidimensional e pode ser definido como o estado que deixa os países exportadores de petróleo vulneráveis a acontecimentos internacionais,** como aumentos ou reduções dos preços do petróleo ou o desenvolvimento de novos vetores energéticos (negrito nosso) (FGV Energia, 2017, p. 4-5).

Por outro lado, o óleo venezuelano considerado pesado (ideal para pavimentação) possui um alto custo de extração, em boa medida decorrente dessa característica, com custo aproximado de US\$ 27,00 por barril. Assim, o país considerado um dos maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo, ocupa a quarta posição em termos de custo de extração. Em suma, a qualidade do petróleo, classificada em leve (ideal para combustíveis),

ou pesado pode alterar significativamente a importância econômica desse mineral (FGV Energia, 2017, p. 5).

O alto custo de extração na Venezuela é influenciado por uma série de fatores, entre eles as necessárias técnicas de exploração para as pesadas correntes venezuelanas. Observem que o óleo cru não é um produto homogêneo, e, a grosso modo, seu preço é um *mix* do reflexo de suas qualidades físico-químicas e de sua localização de produção. Assim, simplificada, uma primeira classificação dos crus os divide em dois grupos principais: os leves e os pesados (FGV Energia, 2017, p. 6).

Como adverte a pesquisa a queda dos preços do petróleo em 2014 gerou um efeito desestabilizador na economia venezuelana, que não conseguiu recuperar-se desde então. A referida queda traduz-se em redução de 50% dos valores auferidos pela venda do petróleo. A denominada vulnerabilidade multidimensional citada acima.

Um estudo realizado pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), divulgado no Brasil pela Folha de São Paulo, apontou que 87% da população venezuelana sobrevivem com uma renda abaixo da linha da pobreza, e 61% estão no patamar da pobreza extrema. Essa pesquisa foi realizada no ano de 2017, e apresentada no dia 21 de setembro de 2018, pela referida Universidade considerada uma das principais da Venezuela. Nesse sentido:

No Brasil, segundo o IBGE, 25,4% da população vive abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda familiar inferior a US\$ 5,5 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial. Desses, 6,5% estão em pobreza extrema (com até US\$ 1,90 diário). A Venezuela vive uma séria crise de desabastecimento com supermercados com dificuldades para repor estoques. A escassez gerou um amplo mercado ilegal, com preços regulados pelo dólar paralelo, uma taxa proibitiva para a população. Um salário mínimo equivale a US\$ 1 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

De acordo com estimativa da pesquisa Encuesta Nacional sobre Condiciones de Vida (Encovi), da UCAB, aproximadamente 815 mil venezuelanos deixaram o país entre os anos de 2012 e 2017. Um percentual de 67% da população venezuelana que deixou o país nesses últimos anos apontou como principal motivo a busca por trabalho, ou mesmo por ter encontrado emprego em país vizinho. Os principais destinos dos emigrantes são os países da Colômbia, Peru, Chile, Panamá, Brasil entre outros.

Muito embora tenha sido objeto de pesquisa da UCAB, não há consenso em relação ao número total de venezuelanos que deixaram o país, pois, enquanto a Encovi registra uma saída de 815 mil entre 2012 e 2017, o governo de Maduro menciona em 600 mil, já para a ONU gira em torno de 1,6 milhão de pessoas desde 2015, inclusive esse organismo internacional estima que cerca de 2,3 milhões de venezuelanos (7,5% da população), vivem no exterior atualmente.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem previsão pessimista em relação à inflação na Venezuela no ano de 2018. Estima-se que os valores podem atingir a cifra de

1.000.000% até o fim do ano. Para a agência especializada das Nações Unidas a crise inflacionária venezuelana é comparada a da ocorrida na Alemanha em 1923, e Zimbábue (África), no ano de 2000.

Venezuela remains stuck in a profound economic and social crisis. Real GDP is projected to fall by about 18 percent in 2018—the third consecutive year of double-digit declines in real GDP—driven by a significant drop in oil production and widespread micro-level distortions on top of large macroeconomic imbalances. We expect the government to continue to run wide fiscal deficits financed entirely by an expansion in base money, which will continue to fuel an acceleration of inflation as money demand continues to collapse. **We are projecting a surge in inflation to 1,000,000 percent by end-2018 to signal that the situation in Venezuela is similar to that in Germany in 1923 or Zimbabwe in the late 2000's.** The collapse in economic activity, hyperinflation, and increasing deterioration in the provision of public goods (health care, electricity, water, transportation, and security) as well as shortages of food at subsidized prices have resulted in large migration flows, which will lead to intensifying spillover effects on neighboring countries. (negritado nosso) (IMF, 2018).

Além de mergulhada em uma grave crise monetária, são visíveis na população os reflexos do colapso no abastecimento de alimentos, que também tem agravado a crise do sistema de saúde que atualmente encontra-se com um insuficiente estoque de medicamentos, colocando em alerta toda América Latina. Diante do gravíssimo quadro um número crescente de profissionais da saúde tem deixado a Venezuela, segundo relatório da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), divulgado no mês de outubro de 2018, pelos principais meios de comunicação do país.

Mais da metade dos médicos venezuelanos, a maioria de hospitais públicos, emigrou entre 2012 e 2017, afirma um relatório da Organização Panamericana de Saúde (Opas) divulgado nesta quinta-feira (11). Segundo o documento, no período deixaram o país 22 mil médicos, o que representa 55% dos 39.900 profissionais registrados pela organização em 2014. Os números foram levantados por doze ONGs que trabalham pelo direito dos pacientes; Além dos médicos, também deixaram o país 6.600 analistas clínicos (33% do total de 20.000) e 6.030 enfermeiros (24% dos 24.500), tudo em relação aos dados de 2014. Com isso, o déficit de enfermeiros na Venezuela chegou a 74%, afirma o levantamento, que aponta que 18,7 milhões dos 30 milhões de habitantes do país “não têm garantias de acesso a diagnóstico e tratamentos”. O documento classifica ainda a situação no país de uma “emergência humanitária”. Segundo dados mais recentes, mais de 80% dos hospitais venezuelanos sofrem com falta de medicamentos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Com a análise dos referidos dados, verifica-se a amplitude dos problemas de saúde pública na Venezuela. À primeira vista, há dois elementos responsáveis pelo aprofundamento da crise na área da saúde: o primeiro, já abordado, refere-se aos embargos econômicos impostos àquele país, que com o isolamento político tem refletido no acesso a medicamentos; o segundo diz respeito à saída dos profissionais de saúde, influenciados

pela precariedade no atendimento aos pacientes motivado em sua maioria pela escassez de fármacos. Em que pese outros fatores, os citados têm desencadeado o fluxo migratório desses profissionais, com evidente conexão entre os elementos citados.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese às opiniões contrárias sobre o tema, o governo brasileiro tem demonstrado preocupação com a entrada dos venezuelanos no país, como reflexo adotou algumas medidas para o acolhimento dos vizinhos de forma humanizada. Nesse sentido, observa-se a redação da Medida Provisória nº 820/2018, convertida na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, que reconhece a necessidade de assistência prioritária e emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Algumas das medidas de assistência emergencial estão descritas no art. 5º, da Lei nº 13.684/2018, e visam ampliação de políticas de proteção social; atenção à saúde; oferta de atividades educacionais; formação e qualificação profissional; garantia dos direitos humanos; oferta de infraestrutura e saneamento; logística e distribuição de insumos; além da garantia de mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização das pessoas em situação de vulnerabilidade dentro do território nacional. Já, o Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018, dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio, além da criação de um documento provisório de registro nacional migratório.²

Por outro lado, o Brasil tem se posicionado de forma preocupante no âmbito internacional, como ocorreu em julho de 2017, durante a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, ao assinar declaração reconhecendo uma ruptura da ordem democrática na Venezuela. Essa decisão tomada pelos países membros coloca em xeque o futuro do Mercosul. Os desarranjos do bloco, além de expor a fragilidade da denominada “união aduaneira imperfeita ou incompleta”, agrava o isolamento da Venezuela em termos regionais, tendo como alvo o enfraquecimento das conquistas sociais galgadas por esse país com a revolução bolivariana iniciada no final da década de 1990.

No que se refere à realidade social venezuelana o norte-americano Alfred de Zayas³, afirmou que “não há crise humanitária” na Venezuela, e que o termo vem sendo usado como desculpa para uma possível intervenção militar no país, para derrubada do governo atual. Sobre a afirmação entre aspas, diferentemente do mencionado pelo historiador, ousou discordar.

Há uma crise no país vizinho, que pode ser classificada como crise humanitária, porém, à guisa de outros comentários, a crise experimentada pelos venezuelanos tem

² Decreto nº 9.277/2018. Art. 2º Recebida a solicitação de refúgio, a polícia federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional. Parágrafo único. Com a emissão do protocolo a que se refere o *caput*, a polícia federal fornecerá gratuitamente o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.

³ Especialista independente da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Promoção da Ordem Internacional Democrática e Equitativa.

evidentemente causas político-econômicas que coincidiram com o despreparo do governo de Nicolás Maduro em sustentar os avanços conquistados pelo seu antecessor.

A Venezuela tem apresentado um desgaste em suas instituições democráticas, e a ajuda internacional nesse momento é crucial, especialmente o levantamento das barreiras de ordem econômica impostas ao governo de Maduro, que tem aprofundado a crise, infligindo os mais pobres do país. Nesse sentido, concordo com a opinião do especialista Alfred de Zayas, ao afirmar que “a Venezuela sofre uma guerra econômica, um bloqueio financeiro, sofre um alto nível de contrabando e, claro, necessita de solidariedade internacional para resolver esses problemas”.

Inclusive, Zayas citou o bloqueio imposto à Venezuela pela Colômbia em relação à venda de medicamentos para malária, que agora são importados da Índia com elevado custo. E, reitera que o objetivo dos Estados Unidos é a revogação das leis sociais adotadas nos mandatos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, coincidentemente reflete a opinião de Boaventura de Souza Santos exposta anteriormente.

Por fim, com a pesquisa identificou-se uma cobertura parcial dos meios de comunicação internacionais, denunciada também por Boaventura de Souza Santos e reforçada por Alfred de Zayas, em especial pela não divulgação do relatório do norte-americano, no que se refere a sua visita à Venezuela no ano de 2017.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado. De acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados da Organização das Nações Unidas de 1951**. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. Folha de São Paulo. **Pobreza atinge 87% da população da Venezuela em 2017, diz estudo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/pobreza-atinge-87-da-populacao-da-venezuela-em-2017-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Folha de São Paulo. **Metade dos médicos venezuelanos deixou país entre 2012 e 2017, diz relatório**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/metade-dos-medicos-venezuelanos-deixou-pais-entre-2012-e-2017.shtml>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9277.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

DELGADO, Fernanda et al. **Precisamos falar sobre a Venezuela: Impactos petrolíticos e reflexos para o Brasil.** Fundação Getúlio Vargas. GV Energia. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opiniaio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

FRANKLIN, Cleber Batalha. **A crise na Venezuela e os desdobramentos para o Brasil.** XVI Congresso Internacional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505878561_ARQUIVO_AcrisedaVenezuelaeosseusdesdobramentosparaoBrasil.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

GARCÍA, Mariana. **Pensando las migraciones desde el sur. Reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur.** Buenos Aires: CLACSO, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20120420014024/Garcia.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

IMFBlog. Insights and analysis on economics & finance. **Outlook for the Americas: A Tougher Recovery.** Disponível em: <https://blogs.imf.org/2018/07/23/outlook-for-the-americas-a-tougher-recovery/>. Acesso em: 10 out. 2018.

LIMA, João Brígido Bezerra [et al]. **Refúgio no Brasil: Caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014).** Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829_Refugio_no_Brasil.pdf> Acesso em 03 jun. 2018.

NETO, Alves de Freitas. **Nós e a crise dos venezuelanos.** Unicamp. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/nos-e-crise-dos-venezuelanos>. Acesso em: 09 out. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Em defesa da Venezuela.** Portal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/28/artigo-or-em-defesa-da-venezuela/>. Acesso em: 05 out. 2018.

ZAYAS, Alfred de. Não há crise humanitária na Venezuela, diz especialista em direitos humanos da ONU. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/48906/nao-ha-crise-humanitaria-na-venezuela-diz-especialista-em-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em: 09 out. 2018.

ZERO, Marcelo. **Para entender a Venezuela.** Disponível em: brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Para-Entender-a-Venezuela.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 2, 43, 128, 134

Africanidades 38, 42, 43, 44, 46, 48

Alteridade 16, 54, 113

América Latina 3, 4, 14, 81, 84, 163, 169, 180, 181, 185, 187, 188, 190, 238

Antropologia 128, 130, 135, 138, 179, 195, 207, 235, 236

Arquétipos 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 134

Artes 60, 101, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 178

C

Comunicação 57, 58, 63, 64, 69, 70, 126, 138, 142, 148, 150, 154, 156, 159, 161, 166, 181, 186, 190, 192, 194, 195, 207, 245, 260

D

Democracia 29, 37, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 75, 79, 185, 224, 227, 254, 256

Dialética 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 54, 57, 113, 161

Direitos das Mulheres 73, 77, 79, 81

Direitos Humanos 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 183, 191, 193

Discurso 4, 50, 56, 62, 63, 64, 72, 87, 92, 113, 127, 133, 147, 150, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 217, 224, 227, 254

Diversidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 47, 55, 58, 63, 65, 68, 71, 79, 109, 150, 158, 163, 164, 198, 211, 239, 243

E

Educação 5, 13, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 85, 91, 106, 122, 199, 202, 204, 220, 224, 236, 246

Emancipação Feminina 73

Ensino 15, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 39, 41, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 90, 102, 104, 114, 125, 199, 208, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Escola 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 62, 68, 71, 78, 90, 112, 147, 149, 179, 209, 210, 220, 221, 222, 223, 224

Estigma 116, 132, 134, 135, 138, 167, 170, 171, 176, 177, 178

Ética 11, 16, 19, 23, 24, 59, 83, 84, 103, 149, 178

Etnografia 38, 43, 48, 130, 135, 136

Eugenia 140, 146, 150

F

Formação Continuada 62, 63, 64, 65, 71

Fronteiras 56, 57, 72, 194, 200, 201

G

Geografia 147, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 243

H

História 1, 2, 7, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 34, 38, 40, 41, 42, 47, 54, 58, 61, 78, 80, 84, 89, 99, 114, 120, 122, 125, 134, 140, 141, 150, 161, 169, 185, 186, 187, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 235, 236, 240, 241, 248, 249, 256, 257, 258, 259

Homossexualidade 128, 131, 132, 133, 134, 138

I

Idosos 204

Inconsciente Coletivo 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126

Integração Social 55

J

Jornalismo 140, 195

Juventudes 49, 50, 54, 55, 60, 61

L

Ludicidade 38, 41, 42, 43, 46, 48

Lugares de resistência 38

M

Masculinidades 137

Movimento Migratório 180

Movimentos Feministas 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83

N

Negritude 115, 128, 130, 131, 134, 149, 246

O

Outsiders 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

P

Patriarcado 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84

Pedagogia do teatro 114

Periódicos 126, 140, 141, 143, 145, 148

Plantas Medicinais 85, 86, 89, 90, 96, 97, 98, 99

Pobreza 3, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 34, 36, 37, 180, 189, 192

Propriedade da terra 226, 228

Q

Quilombo 142, 143, 234, 236, 237, 238, 239, 242

R

Racismo 32, 39, 40, 41, 47, 48, 53, 64, 104, 130, 131, 132, 133, 137, 140, 147, 148, 173, 246, 248, 257

Refugiados 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193

S

Saúde 4, 5, 28, 31, 73, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 116, 150, 160, 163, 169, 170, 179, 180, 181, 190, 191, 204, 205, 206

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Situação de rua 16, 17, 21, 22, 23, 24

T

Temas transversais 28, 208, 221, 222, 223

Teoria Marxiana 1

Território 22, 53, 104, 123, 146, 183, 184, 191, 200, 201, 202, 223, 225, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 254, 255

V

Violação 16, 17, 21, 23, 26, 148, 183

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 